



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: 0008797-33.2011.8.26.0566
 Classe - Assunto: Procedimento Sumário - Despesas Condominiais
 Requerente: Condomínio Edifício Stúdio Sete
 Requerido: Valdir Cervini e outros

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Alex Ricardo dos Santos Tavares

Vistos.

Inicialmente, o autor Condomínio Edifício Stúdio Sete propôs a presente ação contra o réu Valdir Cervini, alegando, em resumo, ser credor de 33 parcelas de despesas condominiais e rateios extras.

O réu firmou o acordo de folhas 29, comprometendo-se a pagar a quantia de R\$ 12.000,00, de forma parcelada. Não cumpriu o acordo (folhas 34) e a fase de cumprimento de sentença foi iniciada (folhas 37).

Penhora efetuada de parte de imóvel às folhas 63, informando o senhor oficial de justiça que o réu faleceu.

Ante o falecimento do réu, foi iniciada o processo de habilitação dos herdeiros (folhas 76).

Citados, apresentaram contestação de folhas 92/93.

O autor apresentou réplica de folhas 105.

É o relatório. Fundamento e decido.

Os sucessores contestam a habilitação. Alegam que o imóvel foi vendido em 04/11/2002, não fazendo parte do espólio. Desse modo, seriam parte ilegítima.

Pois bem.

Citado a pessoa de Richard Cervini (folhas 90), não apresentou contestação.

Dá-se o nome de habilitação ao procedimento especial que visa trazer os sucessores da parte falecida para o processo, de modo a viabilizar seu prosseguimento.

Com efeito, a matéria da contestação é respeitante apenas ao direito sucessório, devendo-se abstrair de qualquer outra matéria que não tenha pertinência com a capacidade ou qualidade para suceder.

O devedor originário firmou acordo judicialmente. Faleceu. Logo, os sucessores devem responder pelo débito judicial, encontrando seu limite na força da herança. Em outras palavras: Os sucessores respondem apenas no limite do patrimônio recebido.

Dito isso, o fato do imóvel ter sido vendido não inviabiliza a execução do débito judicial.

Por fim, indefiro o pedido de folhas 108, porque a suposta fraude alegada não pode ser resolvida neste processo, que tem limite estreito.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de habilitar nos autos como executados as pessoas indicadas às folhas 76. Porque resolvida a habilitação por meio de sentença (CPC 1062), ante a apresentação de contestação por parte dos réus Izilda, Evelyn e Gustavo (folhas 92), necessária condenação em honorários advocatícios. Condeno, portanto, os réu Izilda, Evelyn e Gustavo no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.500,00, com atualização monetária desde hoje e juros de mora a contar do trânsito em julgado, ante o trabalho realizado nos autos.

Passada em julgado a presente sentença de habilitação, prossiga a execução (CPC1062). P.R.I.C.São Carlos, 30 de novembro de 2015.DOCUMENTO ASSINADO

0008797-33.2011.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA